



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL

São Paulo, de maio de 2015

CC-ATL nº 139/2015

Senhor 1º Secretário

Tendo em vista o disposto no artigo 20, inciso XVI, da Constituição do Estado, venho transmitir a essa ilustre Assembleia, por intermédio de Vossa Excelência, manifestação a respeito da matéria relativa ao Requerimento de Informação nº 049/2015, da Deputada Telma de Souza.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Edson Aparecido dos Santos
SECRETÁRIO - CHEFE DA CASA CIVIL

A Sua Excelência o Senhor Deputado Enio Tatto, 1º Secretário da Egrégia Mesa da Assembleia Legislativa do Estado.



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE GABINETE DO SECRETÁRIO

São Paulo, 09 de abril de 2015.

Ofício G. S. Nº 1.416/2015
Proc. SIALE/SES Nº 44/2015

Senhora Procuradora,

Confirmo o recebimento da Mensagem Eletrônica (Processo ATL Nº 49/2015) que encaminhou, para manifestação desta Secretaria de Estado da Saúde, o Requerimento de Informação Nº 49/2015, de autoria da Deputada Telma de Souza.

Sobre o assunto após consultar a Coordenadoria de Controle de Doenças (CCD), o órgão responsável desta Pasta, apresento as seguintes informações sobre as questões formuladas:

- 1. Quantos casos de dengue estão notificados por esta Secretaria nos últimos três meses?**
Resposta: Segundo informações prestadas pelo Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) no âmbito desta Secretaria, de acordo com os dados notificados no sistema online pelos municípios, até o dia 26 de março de 2015 foram confirmados no Estado de São Paulo 105.659 casos de dengue e 96 óbitos.
- 2. Há algum plano emergencial de contenção do avanço da epidemia de dengue?**
Resposta: O enfrentamento da dengue envolve as três esferas de governo; federal, estadual e municipal. Dessa forma, cada uma das instâncias federadas elaboraram seus planos de vigilância e controle, de acordo com a competência na gestão do SUS. O estado de São Paulo tem seu Plano de Vigilância Prevenção e Controle da Dengue 2014-2015, elaborado pelo Grupo Executivo da Dengue da Secretaria de Estado da Saúde (SES-SP), do qual fazem parte técnicos de todas as instituições envolvidas com a questão. Esse documento foi amplamente divulgado aos municípios e é norteador dos Planos Municipais (www.ccd.saude.sp.gov.br). Além disso, técnicos da SES que atuam nas instâncias regionais (Departamentos Regionais de Saúde (DRS); Grupos de Vigilância Epidemiológica e Sanitária e Superintendência de Controle de Endemias (SUCEN) incentivam e orientam para elaboração dos planos municipais.
- 3. O governo do Estado tem mantido contato com as prefeituras consideradas mais vulneráveis? Quais procedimentos?**
Resposta: Esta Secretaria de Estado da Saúde com o objetivo de atualizar os gestores dos 645 municípios quanto à situação epidemiológica da dengue e fazer o alerta para a introdução do vírus chikungunya, que também tem o aedes aegypti como vetor, diante do cenário do final de 2014 e prevendo momentos epidêmicos para 2015, realizou no dia 12 de novembro, em São Paulo, o Encontro: "Novos e velhos desafios: o estado de São Paulo prepara ações para o enfrentamento da dengue e chikungunya", para os gestores municipais de saúde. O Encontro contou com a presença do Secretário de Estado da Saúde, David Uip; do Coordenador de Controle de Doenças, Marcos Boulos; do Coordenador do Programa Nacional da Dengue, Giovanini Coelho; do Superintendente de Controle de Endemias, Dalton Fonseca Júnior e do Presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS), José Fernando Casquel Monti.

Desde então, as Coordenadorias de Controle de Doenças e de Regiões de Saúde (CCD e CRS) têm realizado videoconferências e diversas reuniões presenciais com gestores na sede da SES em São Paulo.



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE GABINETE DO SECRETÁRIO

Além disso, a dengue está em pauta nas reuniões das Comissões Intergestoras Regionais (CIR), com participação dos municípios.

Com o recrudescimento dos casos, técnicos do Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) e da SUCEN têm se deslocado até os municípios mais vulneráveis para reuniões com gestores e controle social. O Coordenador da CCD, Dr. Marcos Boulos, esteve presente nos municípios de Marília, São José do Rio Preto, Catanduva e Itapira participando de reuniões com gestores municipais e médicos que prestam a assistência aos casos de dengue, esclarecendo questões sobre medidas para a contenção do avanço da doença e sobre melhoria do diagnóstico dos casos para que mortes sejam evitadas.

Somado a isso, o Instituto Adolfo Lutz (IAL) realiza: os exames para diagnóstico de dengue para grande parte dos municípios e para todos os casos de dengue grave e óbitos no Estado de São Paulo; monitora o sorotipo circulante; faz visitas técnicas de supervisão aos laboratórios credenciados pelo gestor municipal e avalia os kits de diagnóstico comprados pelos municípios. Essas são algumas das várias atividades que o IAL desempenha junto aos municípios, muitas delas de forma contínua.

4. Há investimentos correntes em investimentos de campanha de prevenção e de fiscalização? Quais?

Resposta: A dengue é uma questão que envolve investimentos de diversas ordens e de diversas fontes. Esses investimentos são aplicados, por exemplo: na produção de material técnico (treinamento rápido para médicos, guia prático de manejo clínico etc.) e de comunicação (cartaz, folder etc.); na compra de insumos para exames laboratoriais e em tecnologia para diagnóstico; em treinamentos e capacitações; em logística de deslocamento de técnicos da vigilância e controle de vetores e máquinas para o atendimento aos municípios, entre outros.

Anualmente a SES investe verba estadual na vigilância e controle da dengue. Nesse ano de 2015, o Governo do Estado anunciou um investimento extra de R\$ 6 milhões para a execução de um plano emergencial de combate à dengue nos municípios. Esse plano prevê a contratação de mais 500 funcionários para a SUCEN (o que dobra o efetivo da instituição para 1 milhão de agentes para as atividades de campo); a compra de sete vans para deslocamento de equipes e a modernização e 50 caminhonetes para a nebulização pesada com equipamento acoplado e transporte de inseticidas e insumos. Vale destacar que as ações de controle de vetores como nebulização e controle de criadouros foram assumidas pelos municípios dentro do regramento do Sistema Único de Saúde (SUS). Com isso, a SUCEN assumiu o papel de assessoramento técnico e de executor de ações apenas em pequenos municípios onde há problemas estruturais.

Na oportunidade, renovo protestos de estima e consideração.

(assinado no original)

DAVID EVERSON UIP

Secretário de Estado da Saúde

À

Excelentíssima Senhora

Dra. ANADIL ABUJABRA AMORIM

DD. Procuradora do Estado Assessora Chefe da ATL.

JNS